

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

162 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 24 a 28/04/2023

1. CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES DOS PARLAMENTOS DA UE	1
2. NOVAS REGRAS DE GOVERNAÇÃO ECONÓMICA	1
3. LIBERALIZAÇÃO DE TARIFAS COM A UCRÂNIA - PRODUTOS ALIMENTARES	3
4. INVESTIMENTO MILITAR NO MUNDO - RELATÓRIO DE 2022	3
5. CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR - ENERGIA	4
6. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE	5
AFCO	5
JURI	5
ING2	5
7. COMISSÃO EUROPEIA PROPRIEDADE INTELECTUAL	5
8. COMISSÃO EUROPEIA UNIÃO EUROPEIA DA SAÚDE - REFORMA FARMACÊUTICA	6
9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	7
Conselho (Negócios Estrangeiros)	7
Conselho (Agricultura e Pescas)	7
Eurogrupo	7
Reunião informal dos ministros da Economia e das Finanças	7
10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da União Europeia	8

1. CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES DOS PARLAMENTOS DA UE

Entre os dias 23 e 25 de abril teve lugar, em Praga, a Conferência de Presidentes dos Parlamentos da União Europeia. O Parlamento português esteve representado nesta Conferência pela Vice-Presidente da Assembleia da República, Deputada Edite Estrela.

Da agenda da Conferência constavam dois momentos de reunião distintos: o primeiro dedicado à **reunião das mulheres Presidentes de Parlamentos**, na qual foi debatido o papel das mulheres na política externa e a situação na Ucrânia, com a presença de Oleksandra Matviichuk, vencedora do Prémio Nobel da Paz 2022, e o segundo dedicado à **Conferência dos Presidentes**, com duas sessões de debate - *a agressão da Rússia contra a Ucrânia e a resposta da UE num contexto geopolítico mais lato (alargamento da UE, segurança energética, reconstrução pós-guerra)* e *o papel da UE na cooperação global das democracias e a dependência dos Estados-Membros da UE dos regimes totalitários (guerra de informação, desinformação, segurança das cadeias de abastecimento, autonomia estratégica)*. Destaca-se, na primeira sessão da Conferência, o discurso do Presidente da Verkhova Rada da Ucrânia, Ruslan Stefanchuk, e na segunda sessão da Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola.

No final da Conferência foram adotadas conclusões, que reiteram o apoio à Ucrânia, a continuação das sanções económicas contra a Rússia, um apelo à criação de um tribunal para julgar os crimes de agressão russa, um maior alargamento da NATO e o reforço da cooperação entre a NATO e a UE. As conclusões encontram-se disponíveis [aqui](#). O [vídeo](#) do evento está também disponível.



Fonte: <https://parlen2022.cz/event/eusc/>

2. NOVAS REGRAS DE GOVERNAÇÃO ECONÓMICA

Após um processo de debate sobre a revisão do quadro de supervisão económica, lançado pela primeira vez pela Comissão Europeia em fevereiro de 2020 (detalhe [aqui](#)), a que se seguiu uma comunicação sobre o [relançamento da governação económica da UE em outubro de 2021](#) e outra em [novembro de 2022](#), foram apresentadas esta semana as [propostas legislativas](#) para esta reforma das regras orçamentais na União Europeia.

A secção de [perguntas e respostas](#) e a [ficha informativa](#) detalham estas propostas, cujo objetivo central consiste em reforçar a sustentabilidade da dívida pública e em promover um crescimento sustentável e inclusivo em todos os Estados-Membros através de reformas e investimentos.

Em termos concretos, a Comissão considera que as propostas corrigem as deficiências do quadro atual, pois assentam numa maior apropriação nacional com planos globais de médio prazo, baseados em regras comuns da UE. Deste modo, os Estados-Membros elaborarão e apresentarão planos nos quais definirão os seus objetivos orçamentais, as medidas destinadas a corrigir os desequilíbrios macroeconómicos e as reformas e os investimentos prioritários ao longo de um período de, pelo menos, quatro anos. Estes planos serão avaliados pela Comissão e aprovados pelo Conselho com base em critérios comuns da UE.

Os planos dos Estados-Membros definirão as respetivas trajetórias de ajustamento orçamental, formuladas em termos de objetivos de despesas plurianuais, que constituirão o indicador operacional único para a supervisão orçamental, simplificando assim as regras orçamentais. Para cada Estado-Membro com um défice orçamental superior a 3% do PIB ou uma dívida pública superior a 60% do PIB, a Comissão publicará uma «trajetória técnica» específica por país. Esta trajetória procurará assegurar que a dívida siga uma trajetória descendente plausível ou permaneça a um nível prudente, e que, a médio prazo, o défice se mantenha ou seja reduzido e mantido abaixo de 3% do PIB.

No caso dos Estados-Membros com um défice orçamental inferior a 3% do PIB e uma dívida pública inferior a 60% do PIB, a Comissão fornecerá informações técnicas com vista a assegurar que o défice orçamental seja mantido abaixo do valor de referência de 3% do PIB também a médio prazo. Serão aplicadas garantias comuns para assegurar a sustentabilidade da dívida. Os valores de referência de 3% e de 60% do PIB para o défice e a dívida manter-se-ão inalterados.

As cláusulas de derrogação de âmbito geral e específicas por país permitirão desvios em relação às metas de despesas em caso de recessão económica grave na UE ou na área do euro no seu conjunto ou de circunstâncias excecionais que escapem ao controlo do Estado-Membro e tenham repercussões significativas nas finanças públicas.

No que diz respeito às próximas etapas, o Conselho, em [conclusões também aprovadas pelo Conselho Europeu](#), apelou à conclusão dos trabalhos legislativos ainda em 2023.

No que diz respeito às reações dos Estados-Membros, é de notar que existem divergências, tendo Ministro das Finanças alemão publicado um artigo de opinião no *Financial Times* (FT) esta semana, antes da publicação das propostas legislativas (disponível [aqui](#)), em que refere que “*Em vez de procedimentos e negociações bilaterais, precisamos de um sistema funcional de regras orçamentais que conduza a um tratamento igual de todos os Estados-Membros. O carácter multilateral da supervisão orçamental da UE tem de ser mantido.*”. Por outro lado, menciona que “*As regras orçamentais comuns têm de assegurar uma redução rápida e suficiente dos défices e dos elevados rácios da dívida, permitindo simultaneamente os investimentos públicos e privados necessários. (...) Para atingir estes objectivos, os valores de referência de 3% do produto interno bruto para o rácio do défice, estabelecidos pela primeira vez no Tratado de Maastricht, e de 60% do PIB para o rácio da dívida devem permanecer inalterados. O procedimento por défice excessivo em caso de violação do critério do défice de 3% tem sido o nosso instrumento de aplicação mais eficaz no passado e não deve ser alterado.*”.

Por fim, nota que “*A Comissão fez da “apropriação nacional” do quadro orçamental um dos seus objetivos de reforma. Mas este objetivo só pode ser alcançado se todos os Estados-Membros se identificarem com os seus elementos fundamentais. A reforma deve tornar as regras mais claras. Além disso, a aplicação, bem como a elaboração de regras, é crucial. As regras e os regulamentos não podem ser um tigre de papel. A Alemanha avaliará as propostas legislativas da Comissão, que esperamos muito em breve, nesta base. A reforma do Pacto de Estabilidade e Crescimento não pode ser um fim em si mesmo. Só é aceitável se introduzirmos melhorias significativas no quadro. Caso contrário, não seria aconselhável alterar as regras.*”.

Já após a publicação das propostas, e também segundo o [FT](#), Christian Lindner, alertou para o facto de as propostas legislativas da Comissão Europeia não irem suficientemente longe no combate à elevada dívida pública na UE, afirmando serem necessárias “*alterações significativas*” para tornar as regras suficientemente sólidas, vinculativas e transparentes. Paris considera que a Comissão foi demasiado longe para satisfazer as

exigências de Berlim. O ministro das Finanças francês, Bruno Le Maire, por seu lado, disse que algumas partes do plano *"têm de ser reformuladas"* e afirmou que Paris *"se opõe a regras automáticas uniformes de redução do défice e da dívida"*, argumentando que estas são ineficazes. O ministro das Finanças italiano, Giancarlo Giorgetti, ficou desapontado com o facto de a Comissão não ter incluído a sugestão italiana de excluir as despesas de investimento - especialmente as ligadas ao plano de recuperação da Covid e à transição verde - do cálculo dos objetivos de défice que os países teriam de cumprir.

3. LIBERALIZAÇÃO DE TARIFAS COM A UCRÂNIA - PRODUTOS ALIMENTARES

Após a invasão da Ucrânia pela Rússia, no ano passado, a UE suspendeu todos os direitos de importação e quotas sobre os produtos ucranianos durante um ano, para ajudar a economia de Kiev, devastada pela guerra (detalhe legislativo [aqui](#)). Esta liberalização de emergência vem juntar-se ao acordo da Zona de Comércio Livre UE-Ucrânia de 2014, que reduziu a maioria dos direitos aduaneiros, mas manteve os direitos aduaneiros sobre certos produtos industriais e muitos produtos agrícolas para proteger os produtores de aves de capoeira, trigo e milho da UE, que lutam para competir com a indústria agrícola altamente produtiva e competitiva da Ucrânia.

O programa de liberalização de emergência funcionou, pois as vendas ucranianas à União Europeia de milho, trigo, ovos e outros produtos aumentaram consideravelmente. Alguns países ([Polónia](#), [Hungria](#), [Eslováquia](#), [Roménia](#) e, possivelmente, [a Bulgária](#)) consideraram que este sistema teve um impacto muito forte na sua agricultura, devido à forte queda dos preços, e apelaram à reintrodução de direitos aduaneiros sobre os produtos agro-alimentares ucranianos.

A questão que se coloca agora é saber se a UE vai prolongar a liberalização de emergência para a Ucrânia por mais um ano, decisão que deveria ter sido tomada esta semana, mas que foi adiada pelo Conselho. O *Político* tem uma análise atualizada desta questão, disponível [aqui](#).

Por seu lado, a Comissão de Comércio Internacional do PE deu já seu acordo à prorrogação desta liberalização excecional por mais um ano (detalhe [aqui](#)), estando prevista a votação na sessão plenária de maio.

4. INVESTIMENTO MILITAR NO MUNDO - RELATÓRIO DE 2022

O [Stockholm International Peace Research Institute](#) (SIPRI) publicou esta semana um [relatório](#) em que se conclui que a despesa militar total a nível mundial aumentou 3,7% em termos reais em 2022, atingindo um novo máximo de 2240 mil milhões de dólares, sendo que, na Europa, registou o maior aumento anual em pelo menos 30 anos. Os três maiores gastadores em 2022 - os Estados Unidos, a China e a Rússia - representaram 56% do total mundial, de acordo com os novos dados sobre as despesas militares globais publicados.

O relatório está disponível [aqui](#), referindo-se também que as despesas militares dos Estados da Europa Central e Ocidental totalizaram 345 mil milhões de dólares em 2022. Em termos reais, a despesa destes Estados ultrapassou pela primeira vez a de 1989, quando a Guerra Fria estava a terminar, e foi 30% superior à de 2013. Vários Estados aumentaram significativamente as suas despesas militares na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022, enquanto outros anunciaram planos para aumentar os níveis de despesa ao longo de períodos de até uma década.

A invasão da Ucrânia teve um impacto imediato nas decisões de despesa militar na Europa Central e Ocidental, e alguns dos aumentos mais acentuados foram observados na Finlândia (+36%), na Lituânia (+27%), na Suécia (+12%) e na Polónia (+11%).

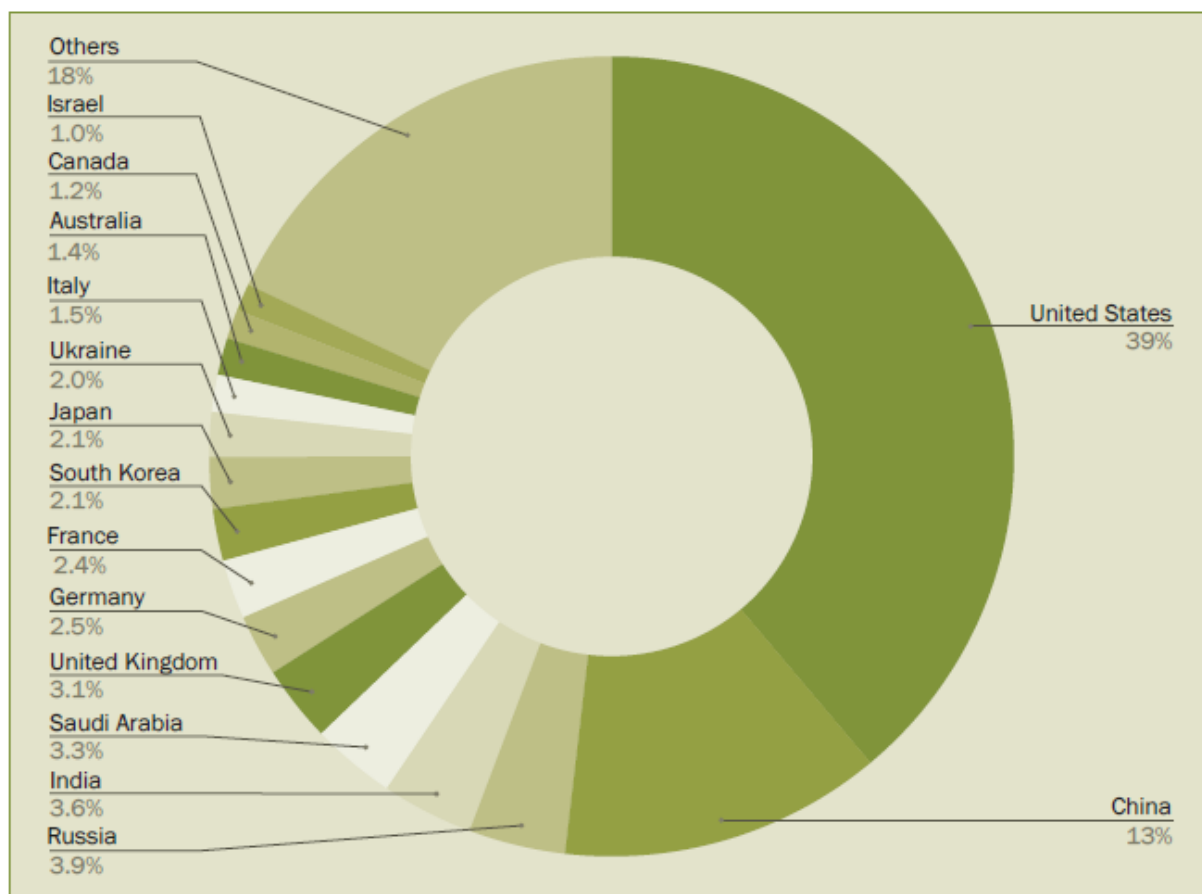


Figure 2. The share of world military expenditure of the 15 countries with the highest spending in 2022

Source: SIPRI Military Expenditure Database, Apr. 2023.

5. CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR - ENERGIA

No âmbito da sua dimensão parlamentar, a Presidência sueca organizou, nos dias 23 e 24 de abril, a [Conferência Interparlamentar dedicada aos desafios e oportunidades para o futuro aprovisionamento energético da UE](#). A Assembleia da República participou nesta Conferência com uma delegação constituída pelo Presidente da Comissão de Ambiente e Energia, Deputado Tiago Brandão Rodrigues (PS), e pelo Deputado Ricardo Pinheiro (PS) da mesma comissão, pelo Vice-Presidente da Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, Carlos Guimarães Pinto (IL), pelo Deputado Jorge Seguro Sanches (PS), da Comissão de Assuntos Europeus. As duas sessões de debate foram subordinadas aos temas *Segurança do abastecimento e desafios nos mercados da energia, na sombra de uma ordem mundial instável* e *Investigação, desenvolvimento e inovação sustentáveis como soluções para os desafios energéticos da União Europeia*. O vídeo do evento encontra-se disponível [aqui](#).

6. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE

AFCO

A Comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu organizou uma [reunião interparlamentar sobre a Reforma do Sistema Eleitoral Europeu](#). A reunião decorreu em formato presencial e virtual e a Assembleia da República participou no evento com uma delegação constituída pelos Deputados Pedro Delgado Alves (PS) e Hugo Carneiro (PSD), da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, e pela Deputada Rosário Gambôa (PS) e Deputado João Barbosa de Melo (PSD), da Comissão de Assuntos Europeus.

O Presidente da Comissão AFCO, Salvatore De Meo (PPE, IT) salientou que uma maior cooperação e diálogo entre as legislaturas da União pode reforçar a democracia parlamentar, e o relator Domènec Ruiz Devesa (S&D, ES) apresentou uma panorâmica das reformas propostas, que têm por objetivo "europeizar" ainda mais as eleições da UE e reforçar a voz dos cidadãos. Os principais tópicos de discussão prenderam-se com a criação das listas transnacionais, propostas da Conferência sobre o Futuro da Europa neste âmbito e o processo de *Spitzenkandidaten*. O vídeo da reunião encontra-se disponível [aqui](#).

JURI

A Comissão dos Assuntos Jurídicos acordou [novas regras para integrar os direitos humanos e o impacto ambiental na governação das empresas](#). As empresas seriam assim obrigadas a identificar e, se necessário, prevenir, pôr termo ou atenuar o impacto negativo das suas actividades, incluindo as dos seus parceiros comerciais, sobre os direitos humanos e o ambiente, incluindo o trabalho infantil, a escravatura, a exploração laboral, a poluição, a degradação ambiental e a perda de biodiversidade.

ING2

A Comissão Especial sobre a Ingerência Estrangeira em Todos os Processos Democráticos na União Europeia, incluindo a Desinformação, e o Reforço da Integridade, da Transparência e da Responsabilização no Parlamento Europeu adotou um [relatório que refere a necessidade de uma estratégia coordenada contra a interferência estrangeira e a manipulação da informação, incluindo medidas para aplicar melhor as disposições existentes para a combater](#). Os deputados acrescentaram que deve ser disponibilizado financiamento adequado para atividades de reforço das capacidades para combater a desinformação e defender os processos democráticos e pediram à Comissão que desenvolva um pacote de defesa da democracia eficaz, tendo em conta as propostas finais da Conferência sobre o Futuro da Europa, sugerindo que, ao lidar com os esforços de influência estrangeira, a UE deve considerar uma "abordagem baseada no risco" mais eficaz, que tenha em conta se um país de risco, como a Rússia, a China ou o Irão, esteve envolvido.

7. COMISSÃO EUROPEIA | PROPRIEDADE INTELECTUAL

A Comissão Europeia propôs esta semana [novas regras para ajudar as empresas](#), em especial as pequenas e médias empresas (PME), a tirar o máximo partido das suas invenções, alavancar novas tecnologias e contribuir para a competitividade e a soberania tecnológica da UE. Foram assim propostos regulamentos sobre as patentes essenciais a normas, a concessão obrigatória de patentes em situações de crise e a revisão da legislação relativa aos certificados complementares de proteção, que criarão um quadro de direitos de propriedade intelectual mais previsível, mais eficaz e mais preparado para o futuro.

As iniciativas em matéria de patentes abordam assim:

- **Patentes essenciais a normas (PEN):** patentes que protegem tecnologias que foram declaradas essenciais para a aplicação de uma norma técnica adotada por um organismo de normalização. Essas

normas dizem respeito, por exemplo, à conectividade (5G, Wi-Fi, Bluetooth, NFC) ou às normas de compressão e descompressão áudio/vídeo. Para que um produto seja conforme com as normas, o utilizador tem de utilizar a norma «essencial» pertinente. O monopólio concedido por essas patentes específicas é compensado pelo compromisso dos titulares de PEN de conceder licenças a essas patentes em condições justas, razoáveis e não discriminatórias, permitindo aos utilizadores o acesso ao mercado. Há muitos anos que o sistema atual sofria de falta de transparência e de previsibilidade, bem como de longas disputas e litígios. O [quadro de concessão de PEN proposto](#) visa criar um sistema equilibrado mediante o estabelecimento de uma referência global para a transparência das PEN, a redução dos conflitos e negociações eficazes, garantindo que tanto os proprietários como os utilizadores das PEN da UE inovam na UE, fabricam e vendem produtos na UE e são competitivos nos mercados mundiais, assegurando que os utilizadores finais, incluindo as PME e os consumidores, beneficiam de produtos baseados nas mais recentes tecnologias normalizadas, a preços justos e razoáveis.

- **Concessão obrigatória:** permite que um governo autorize a utilização de uma invenção patenteada sem o consentimento do titular da patente. Os acordos de concessão de licenças celebrados voluntariamente com os fabricantes são geralmente o instrumento preferido para intensificar a produção, mas, caso os acordos voluntários não estejam disponíveis ou não sejam adequados, a concessão obrigatória de licenças pode ajudar a proporcionar o acesso a produtos e tecnologias essenciais em tempos de crise como último recurso. As [novas regras](#) preveem um novo instrumento de concessão obrigatória a nível da UE que visa complementar os instrumentos de crise da UE, como o regulamento sobre o Instrumento de Emergência do Mercado Único, o regulamento HERA e o Regulamento Circuitos Integrados.
- **Certificados complementares de proteção (CPP):** esta [iniciativa](#) introduz um CCP unitário para complementar a patente unitária. A reforma do CCP introduz um procedimento de exame centralizado, implementado pelo EUIPO em estreita cooperação com os institutos nacionais de propriedade intelectual da UE. Ao abrigo deste regime, um pedido único ficará sujeito a um único processo de exame que, se for positivo, resultará na concessão de CCP nacionais para cada um dos Estados-Membros designados no pedido. O mesmo procedimento pode igualmente conduzir à concessão de um CCP unitário.
- **Fundo da UE para as PME de 2023:** para reforçar o apoio à inovação, paralelamente às propostas hoje apresentadas, o Fundo para as PME de 2023 disponibilizará agora também novos serviços de vales que, pela primeira vez, abrangerão patentes europeias e novas variedades vegetais. Estes novos serviços permitirão às PME poupar, por pedido, até 1 500 euros nos seus custos de registo de patentes e 225 euros no registo de novas variedades vegetais.

A secção de perguntas e respostas sobre o tema encontra-se disponível [aqui](#).

8. COMISSÃO EUROPEIA | UNIÃO EUROPEIA DA SAÚDE - REFORMA FARMACÊUTICA

A Comissão Europeia propôs também [rever a legislação farmacêutica da UE](#), por forma a torná-la mais ágil, flexível e adaptada às necessidades dos cidadãos e das empresas em toda a UE. Esta reforma, a maior em mais de 20 anos, tornará os medicamentos mais disponíveis, acessíveis e comportáveis em termos de preços e permitirá reforçar a competitividade e a atividade da indústria farmacêutica da UE.

Os seus objetivos principais são:

- Criar um mercado único dos medicamentos que garanta que todos os doentes em toda a UE tenham acesso atempado e equitativo a medicamentos seguros, eficazes e a preços comportáveis;
- Continuar a oferecer um enquadramento atrativo e favorável à inovação para a investigação, o desenvolvimento e a produção de medicamentos na Europa;

- Reduzir drasticamente os encargos administrativos de autorização dos medicamentos;
- Reforçar a disponibilidade e garantir que os medicamentos podem ser sempre fornecidos aos doentes;
- Combater a resistência aos antimicrobianos (RAM);
- Tornar os medicamentos mais sustentáveis do ponto de vista ambiental.

A par desta reforma, a Comissão propôs ainda uma [recomendação](#) do Conselho para intensificar a luta contra a resistência aos antimicrobianos (RAM).

9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho (Negócios Estrangeiros)

Os ministros discutiram a situação no Sudão, tendo sido salientada a importância crucial de cessar as hostilidades e retomar as negociações a nível regional. Foram trocados pontos de vista sobre a [agressão da Rússia contra a Ucrânia](#), com a presença por videoconferência do ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, Dmytro Kuleba. Foi destacado o apoio já disponibilizado ao país (mais de 13 mil milhões de euros em apoio militar), assim como o apoio militar em três vertentes da UE à Ucrânia, tendo já sido concretizada a primeira - adoção de uma medida de assistência ao abrigo do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, no valor de mil milhões de euros, destinada a dar resposta às necessidades mais imediatas - e estando os Estados-Membros a finalizar os trabalhos no âmbito da segunda vertente (facilitar a aquisição conjunta de munições). O aumento da capacidade de produção da indústria europeia da defesa fará parte da terceira vertente. Os ministros debateram também a execução do plano de ação da UE no que respeita às consequências geopolíticas da agressão da Rússia, a perspetiva europeia da Geórgia e os seus progressos e medidas concretas para apoiar a Moldávia.

Conselho (Agricultura e Pescas)

O [Conselho](#) aprovou [conclusões](#) sobre as oportunidades da bioeconomia à luz dos atuais desafios, com destaque para as zonas rurais, sublinhando o papel fundamental que a bioeconomia pode desempenhar na consecução dos objetivos ambientais e climáticos no âmbito do Pacto Ecológico Europeu. Os ministros realizaram um debate de orientação sobre os aspetos agrícolas e florestais da proposta de regulamento relativo à certificação das remoções de carbono, trocaram pontos de vista sobre a situação atual dos planos estratégicos dos Estados-Membros no âmbito da política agrícola comum (PAC) para o período de 2023 a 2027 e debateram a situação do mercado, em particular à luz da invasão da Ucrânia.

Eurogrupo

O Eurogrupo debateu a [União Bancária e os desenvolvimentos do setor bancário](#), com enfoque nos desenvolvimentos macroeconómicos e de estabilidade financeira.

Reunião informal dos ministros da Economia e das Finanças

Os ministros debateram [três temas principais](#): o financiamento do crescimento futuro da Europa, a perspetiva de longo prazo sobre políticas de estabilidade e sustentabilidade das finanças públicas e reconstrução da Ucrânia e coordenação do apoio.

10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana, os trabalhos do Parlamento Europeu serão dedicados às atividades das comissões parlamentares e dos grupos políticos.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) será no dia [3 de maio](#), destacando-se o *ato de apoio à produção de munições, recomendação relativa à pirataria de conteúdos em direto, estabelecimento de um quadro de sanções contra a corrupção, atualização do quadro legislativo anti-corrupção*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 03.05: [Reunião informal dos ministros do Emprego e dos Assuntos Sociais](#)
- 04.05: [Conselho Negócios Estrangeiros \(Desenvolvimento\)](#); [Reunião informal dos ministros da saúde](#)

Bruxelas | 28 de abril de 2023

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).